



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Data da reunião: 22/10/2019
Presidente: Senadora Simone Tebet

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PEC 6/2019</p> <p>Ementa: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Tasso Jereissati	A ser apresentado	<p>Trata-se da Reforma da Previdência. Tal como aprovada pela Câmara dos Deputados, a PEC é composta por 36 artigos, que modificam os arts. 22; 37; 38; 39; 40; 93; 103-B; 109; 130-A; 149; 167; 194; 195; 201; 202; 203 e 239 da Constituição, bem como os arts. 8º e 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A Reforma, em linhas gerais, altera regras de concessão e cálculo de aposentadorias e pensões do regime geral e do regime próprio dos servidores públicos federais, instituindo também regras de transição. Em relação à proposta recebida da Câmara dos Deputados, o parecer aprovado pela CCJ promove emendas de redação e as seguintes supressões: a) a do dispositivo que constitucionalizava a linha de pobreza do BPC; b) a do dispositivo que elevava a regra de pontos para aposentadoria especial dos expostos a agentes nocivos, como os mineiros; c) a da expressão “no âmbito da União,” do § 1º-B do art. 149 da Constituição Federal, assegurando as autonomias de Estados, DF e Municípios previstas em outros dispositivos da PEC quanto à instituição de contribuição extraordinária em caso de déficit atuarial; d) a da revogação do § 18 do art. 40 da Constituição Federal, de modo a garantir segurança jurídica para o financiamento dos regimes próprios.</p> <p>Foram oferecidas 580 emendas à PEC. A PEC retorna à CCJ para parecer sobre as emendas de plenário (de 503 a 580) que tratam, dentre outros temas, dos relacionados aos servidores públicos, pensões, cálculo das aposentadorias, regra de transição no âmbito do Regime Geral, idade mínima, tempo mínimo, aposentadoria especial, abono salarial e regras especiais para grupos específicos.</p> <p>Na CCJ, foi aprovado relatório que propõe a rejeição de todas as emendas de Plenário e apresenta duas emendas de redação, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ. A primeira emenda de redação substitui a Emenda nº 540-PLN, retirada pelo autor, e trata do cálculo da integralidade na presença de vantagens variáveis vinculadas a indicadores de desempenho ou produtividade dos servidores públicos. Já pela segunda emenda de redação, o termo “os que se encontram em situação de informalidade” passa a estar contido no grupo “trabalhadores de baixa renda”.</p> <p>Foram apresentadas em Plenário as Emendas nº 503 a 580. Em 12/09/2019, foi retirada a Emenda nº 535-PLN, por não se referir à matéria. Em 1º/10/2019, foi retirada a Emenda nº 540-PLN.</p> <p>No dia 1º/10/2019, o texto-base da PEC foi aprovado. Houve também deliberação sobre os quatro primeiros destaques, incluindo a supressão do dispositivo que fixava novo limite para pagamento de abono salarial (mantida a atual regra de 2 salários mínimos) e a retirada do dispositivo que tratava de novas exigências a trabalhadores que atuam em condições de exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos (mantido o texto proposto pela Câmara). Os demais destaques foram retirados ou rejeitados na sessão de 2/10/2019. Nessa data, foi também apresentada a redação para o segundo turno de análise da PEC.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>A matéria retorna à CCJ para análise das Emendas nº 583 a 593, de redação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Em 9/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 583 a 585-PLen (de redação);- Em 15/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 586 a 591-PLen (de redação);- Em 16/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 592 e 593-PLen (de redação).

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.